



# Anais da Assembléia

N.94

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 1987

ANO XIII

<sup>a</sup> 1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 80. SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1987.  
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Lauro Lôbo Alcântara. Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lôbo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, José Alves e Raul Lopes (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Em votação a Ata que acaba de ser lida.  
**Aprovada.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - a Mesa

defer e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e quatro Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

A Presidência irá proceder à verificação de votação da Ata, a pedido do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida a verificação de votação).

Vinte Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E :

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Wasil Kindra, líder e pioneiro da comunidade ucraniana de Pitanga-PR.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) VERA AGIBERT.

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Wasil Kindra, de tradicional família do Município de Pitanga-Pr, dedicou sua vida ao serviço comunitário, tendo primado pela formação cristã de seus familiares, garantindo pelo seu trabalho e convivência, um número incontável de amigos, no qual estamos incluídos.

Pela perda irreparável, nossas condolências aos familiares e amigos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Congratulações ao Senhor Wilson Reback, nomeado pelo Senhor Governador Álvaro Dias como o novo Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

Requer, ainda, seja dado conhecimento ao mesmo do teor do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) ANIBAL KHURY.

**JUSTIFICATIVA:**

Mister se faz em salientar e aclamar a ocorrência de tal evento, já que tal nomeação vem em muito engrandecer o já distinto rol de Desembargadores do Excelso Tribunal de Justiça do nosso Estado.

O novo Desembargador chega ao patamar, após 30 anos de relevantes serviços prestados em prol da Magistratura Paranaense. Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná na data de 1952, depois de cinco anos de formado já era Juiz Substituto na Comarca de Londrina. Foi Juiz em outras comarcas do interior, sendo Juiz titular da 3.<sup>a</sup> Vara Cível em nossa comarca de Curitiba. No Tribunal de Alçada estava ultimamente na sua Presidência. É natural de Ponta Grossa, sendo casado e pai de três filhos.

A medida aqui proposta, visa parabenizar o novo membro daquele Egrégio Tribunal e de igual maneira homenageá-lo pelo novo cargo que ocupará ao lado dos mais eminentes Desembargadores do Poder Judiciário Estadual.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica, à Douta Mesa, após ouvir o Egrégio Plenário, sejam inseridos nos Anais desta histórica Sessão, voto de congratulações pelos sessenta anos da Igreja Adventista do 7.<sup>o</sup> Dia no Estado do Paraná, bem como pelos quarenta e oito anos do Colégio Adventista Paranaense, que transcorreram dia vinte e dois do corrente, culminando num grande Congresso, com a presença de mais de seis mil pessoas, na Cidade de Maringá em nosso Estado.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Reverendíssimo Pastor Luiz Lindolfo Fuckner, rua Brigadeiro Franco esquina com Saldanha Marinho, bem como ao Colégio Adventista do Paraná, na Caixa Postal 1201 em Maringá-Pr, nominal ao Professor Valter Aniceto Souza.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

**JUSTIFICATIVA:**

Com o objetivo de "servir como um contra à corrupção prevalecente, a fim de prover necessidade intelectual e espiritual da juventude e promover a prosperidade da nação, dotando-a de homens habilitados para agir no temor de Deus como dirigentes e conselheiros", surgiram as escolas dos profetas.

Neste ideal, impulsionados pelo mesmo espírito, um grupo de homens e mulheres piedosos fundaram no ano de 1939 em Butiá-Lapa, Paraná, o atual Colégio Adventista Paranaense.

Transferido para Curitiba em 1947,

permaneceu até 1973, quando uma expropriação forçou o abandono da área usada por vinte e seis anos.

Com todos os seus ideais que a caracterizam como Escola Cristã, no ano seguinte, 1974, inicia as atividades da Escola rústica e precária que renascia no Norte do Estado.

A Fazenda Santa Maria deixava de cultivar café para cultivar caráter jovem que pudesse servir a Deus e à Pátria.

Cada dia era um novo dia de lutas e esperanças, onde no pó vermelho e na lama ficavam as marcas da coragem, de garra e sobretudo da fé, que os registros do céu são fidedignos em registrar.

Neste local já está há treze anos e quando se olha para trás, só se pode dizer: "Ebenezer, até aqui abençoou o Senhor!"

São milagres da fé, da abnegação de irmãos e irmãs da Igreja que acreditaram nesta Escola, deram do que possuíam para ver o que vemos hoje. São heróis anônimos, cuja recompensa só Deus pode conceder.

Neste Campus, no dia 13 de dezembro de 1973, trinta e cinco anos após a aquisição da fazenda, realizou-se um culto de ação de graças ao Senhor Deus.

Hoje, quarenta e oito anos após a fundação, treze dos quais neste local, reunidos estamos como família ceapense, como Igreja e sociedade, para render ao Criador do Universo, mantenedor da vida, ações de graças e louvor sincero por todo precioso dom vindo de suas mãos.

É a justificativa.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de congratulações à Diretoria, equipe de Redatores e Jornalistas e demais componentes do Jornal da "Indústria e Comércio" do Paraná Ltda, pela passagem de seu 11.<sup>o</sup> aniversário.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de um jornal que alcança grande divulgação, não só em nossa Capital, como também em todos os Municípios que compõem o nosso Estado do Paraná.

Não só divulga assuntos de interesse comum, como também de âmbito nacional, assim, nada mais justo do que congratularmos com toda a equipe que o compõe, nos festejos da comemoração de mais um ano de existência em prol do povo paranaense.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Estúdio Fotográfico Ideal, do Município de Umuarama, em nome de seu proprietário Senhor Alcides Franzói, votos de congratulações pela passagem de seu vigésimo quarto aniversário, transcorrido neste mês de setembro.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pela passagem do 11º aniversário do conceituado jornal Paranaense "Indústria e Comércio", comemorado na data de hoje.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA  
Líder do PMDB

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes para a reforma e ampliação da Delegacia de Polícia e Cadeia de Capanema, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e Delegado de Polícia do referido município.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Na verdade, o ideal seria a construção de um novo prédio para abrigar a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública de Capanema, eis que as atuais instalações encontram-se em precárias condições. Entretanto, considerando-se as dificuldades orçamentárias, as autoridades locais estão solicitando, pelo menos, a reforma e ampliação do prédio, para adequá-lo ao uso por mais algum tempo, objetivando um melhor atendimento à comunidade na área da segurança.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, apelando no sentido de determinar urgentes providências para a construção de trapiches nos atracadouros de Pontal do Sul e da Ilha do

Mel, para dinamizar o fluxo de turistas que visitam àquela localidade.

As dificuldades de embarque e desembarque fazem com que as pessoas tenham dificuldades de locomoção, ocorrendo, inclusive, grandes riscos quando se dirigem àquele local de grande atração turística do nosso litoral.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Delcino Tavares da Silva, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando seja providenciada com urgência a remessa de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Referido Município.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) Caíto Quintana.

#### JUSTIFICATIVA:

Através das autoridades locais, fomos informados de que os Postos de Saúde, não só da sede municipal como dos distritos, encontram-se totalmente desprovidos de medicamentos. Considerando-se que esses postos se destinam essencialmente ao atendimento de pessoas carentes, é preciso que sejam tomadas medidas para o seu abastecimento com remédios, ao menos os mais necessários, sob pena de tornar-se inócua a existência dos próprios postos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que a este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, solicitando-lhe a abertura do CEASA de Maringá no antigo horário, ou seja, às 05:00 horas, para que se permita o abastecimento dos feirantes a tempo de iniciarem sua distribuição diária de produtos hortigranjeiros, inviabilizando, como está, a abertura do estabelecimento às 07:00 horas.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(aa) Antônio Bárbara e Ferrari Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário

de Estado do Interior e do Desenvolvimento Urbano, Ary Veloso Queiroz, solicitando-lhe determinação de medidas junto a SUREHMA, no sentido de averiguar irregularidades constatadas na saída dos resíduos industriais (esgoto), em todo o seu percurso, da fábrica de refrigerantes Coca-Cola, na Cidade de Maringá, que atravessa em longo trecho a Vila Ouro Cola, já que nessa localidade o esgoto é a céu aberto, comprometendo assustadoramente a qualidade sanitária do ambiente.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(aa) Antônio Bárbara e Ferrari Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando-lhe verificar em todas as escolas públicas de Maringá a situação em que se encontram as salas de aula, com o mobiliário em péssimo estado.

As escolas públicas do Estado, em Maringá, estão necessitando de maior número de carteiras para atender a todos os alunos, bem como uma reforma geral em outras que estão atendendo com dificuldade para o fim que se destinam.

Solicitamos assim, um levantamento para atender as necessidades.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(aa) Antônio Bárbara e Ferrari Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que sejam destinados recursos ao Movimento de Libertação de Vidas-Molivi, a fim de que esta entidade, que vem sofrendo renovadas crises financeiras, possa continuar seu trabalho na recuperação de viciados.

1. Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias.

2. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) Lindolfo Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Ministros de Estado das áreas da Agricultura,

Indústria e Comércio e Planejamento, Senhores Íris Rezende Machado, José Hugo Castelo Branco e Bresser Pereira, no sentido de que sejam urgentemente revistos os planos na agricultura em especial na cafeicultura, pois trata-se de estado de desespero a situação em que se encontra esse segmento dos produtores.

Propõe-se:

1. Revisão no preço mínimo para o café necessitando ser de Cz\$ 120,00 o quilo;

2. Repasse do valor básico de custeio ao agricultor, seja no mínimo pelo prazo de dois anos, sendo subsidiado com juros mais baixos fixados sem a correção da OTN;

3. Subsídio para dois anos aos produtores na compra de inseticidas e fertilizantes e que esses produtos sejam repassados imediatamente após sua solicitação;

4. Liberação dos preços de todos os produtos e que sejam divulgados antes das safras, e que o preço imediato para o café seja na base da correção inflacionária;

5. Retirada das execuções nos bancos privados e estatais.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) Alexandre Ceranto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Polícia Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Quatro Barras.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Senhor Edison Wilmar Repinoski.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

REQUER, ainda, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) Algaci Túlio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do editorial publicado sob o título "Coquetel de Angústias", na Gazeta do Povo, edição de 02 de setembro de 1987.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) David Cheriegate.

#### JUSTIFICATIVA:

O jornalista, autor da matéria, aborda em profundidade, um dos temas mais polêmicos da atualidade, que é a inclusão pelo Governo Federal, no Orçamento de 1988, de oito bilhões de cruzados para a construção da Ferrovia Norte-Sul, enquanto o mesmo Governo até hoje não ressarcir o Estado do Paraná pelos recursos gastos para a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Recursos esses, que poderiam realizar o grande sonho da população da nossa Região, que é a construção da Ferrovia da Produção.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 218/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido aos maridos de funcionárias do Estado, os benefícios do IPE, por extensão às beneficiárias do sistema.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.87.

(a) Lindolfo Júnior.

#### JUSTIFICATIVA:

Partindo do princípio da isonomia, de que todos são iguais perante a Lei.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior). - Não havendo Expediente a ser lido, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, nobres Deputados, Deputadas Amélia Hruschka, Ironi Pugliesi, Vera Agibert.

Neste momento, ocupamos a tribuna desta Casa para registrarmos aqui, após termos sido abordados por algumas professoras, um documento de suma importância para o professorado paranaense, principalmente para os que realizaram concurso e que estão na expectativa até de uma convocação para o trabalho daquela vocação das professoras e professores.

Até o presente momento, o prazo está se esgotando e não conseguimos segurar o tempo. E nós sabemos que este prazo pode se findar a estas professoras que durante tanto tempo se prepararam para este concurso público, e que foram aprovadas até o presente momento ainda não foram convoca-

das para o trabalho, nem efetivadas pelo Estado.

Gostaríamos, Sr. Presidente, de enfatizar neste Pequeno Expediente, o trabalho desta Assembléia em prol do professorado paranaense. Nós aqui, os cinquenta e quatro Deputados, temos sim, um compromisso com os professores do Estado do Paraná. Gostaríamos de deixar registrado nos Anais desta Casa o documento de reivindicação expedido pelos professores, porque esta Casa é a Casa do povo, e por isso mesmo, devemos expressar o sentimento do povo, e professor também é povo.

Recebemos um ofício, que diz o seguinte: (Lê):

"Senhor Deputado, solicitamos a Vossa Excelência o total apoio às nossas reivindicações junto ao Governo de nosso Estado.

As novas reivindicações são as seguintes: A nomeação imediata dos professores remanescentes do concurso estadual de primeira a quarta séries de 1985.

Segundo: a não contratação de professores em caráter extraordinário.

Terceiro: A prorrogação do prazo de validade do concurso.

Quarto: a não realização do concurso até que todos os professores remanescentes sejam aproveitados."

A justificativa acompanha este documento que está sendo assinado e apoiado por esta Casa. Pedimos encarecidamente aos nobres Pares que assinem este documento.

"Em dezembro de 1985, foi realizado em todo o Estado do Paraná, um concurso público estadual de professores de primeira a quarta séries.

Em janeiro de 1986, saíram os resultados dos aprovados em todo o Estado.

Em abril de 1986, realizou-se a prova de títulos, ocasionando uma nova classificação dos aprovados. Em maio de 1986, foram convocados alguns professores, seguindo a ordem de classificação.

Portanto, o restante dos professores aprovados no referido concurso aguardam até o presente momento a convocação para a sua nomeação. Começamos a nos organizar e através da APP, juntamente, temos a certeza, com esta Assembléia Legislativa... Senhor Presidente, apenas um minuto para concluir. Gostaria de agradecer e concluir.

Portanto, os professores aprovados no referido concurso, aguardam até o presente momento, a convocação para a sua nomeação.

Já estivemos - diz aqui o documento - em audiência com o Sr. Secretário Estadual da Educação, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, no dia 10 de junho de 1987, onde prometeu a nossa nomeação, mas nada oficializou.

Não entendemos a demora, pois não há justificativa para a não nomeação. A ques-

tão nem é de ordem financeira, já que o piso da categoria é de seis mil cruzados e os professores efetivos, em caráter extraordinário, que estão substituindo, ganham nove mil cruzados.

Informamos que todo o Estado aguarda a nomeação de um mil e sessenta e dois professores". (Termina de ler).

Senhor Presidente, senhores professores e professoras, contem com esta Casa; durante o nosso mandato, tenho a certeza que este segmento não será esquecido, não somente por este Parlamentar, mas por esta Assembleia Legislativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- No Pequeno Expediente ainda, concedemos a palavra ao Senhor Deputado José Alves.

Queremos registrar a presença do Senhor Jaime, Presidente do Diretório do PMDB, da cidade de Palmital. Seja bem-vindo.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Mais uma vez usamos esta tribuna e a exemplo do Deputado Lindolfo Júnior, também estamos solidários aos professores que ainda ontem nos visitaram em nosso gabinete e também estão hoje neste Parlamento, pedindo aos Deputados uma providência, uma ajuda quando se trata do concurso que foi feito nos anos de 1985 e 1986.

Assim como eu, creio que os demais Deputados estão solidários com os Senhores. Esperamos que uma medida seja tomada porque considero o ensino uma coisa prioritária nesse País, neste Estado, e os professores devem ser tratados com mais atenção. Outro assunto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é sobre o miserável salário-mínimo com que mais uma vez o Governo Federal brinca com os trabalhadores desta Nação quando dá um aumento de menos de 5% para este salário de fome, o que é uma vergonha nacional. Menos de 5% e o aluguel sobe mais de 100% em seis meses. Eu até agora pouco, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estava ali na minha cadeira fazendo uma conta, pois se hoje eu fosse um trabalhador braçal, no caso um servente de pedreiro, Senhor Presidente, que ganhasse Cz\$ 5 mil mensais e pagasse Cz\$ 2 mil e 500 de aluguel, o meu salário subiria o que? Cz\$ 200 e poucos, enquanto o meu aluguel subia o dobro, para mais de cinco. Será que os nossos governantes não fazem essa continha tão fácil? Claro que sabem mas querem ver o trabalhador brasileiro morrendo de fome nesta Nação, como está acontecendo. É uma vergonha saber que a cada dia que passa, o salário do trabalhador brasileiro desaparece. É uma vergonha saber que o Brasil é um dos países do

mundo que mais morrem crianças de fome. É uma vergonha saber que o Brasil é um País rico de homens trabalhadores, tendo a maior mortandade infantil. Em pesquisas feitas pelos médicos nos países como a Ásia, os Estados Unidos, a cada mil crianças que nascem, quando completam cinco anos, o máximo que morrem são dezoito crianças. O Brasil está hoje, com uma média de a cada mil crianças que nascem em cinco anos, morrem 490 de fome, doentes, desnutridas, porque já nascem mortas, porque a mãe não se alimenta e esse Governo Federal ainda não tem a capacidade de ver a situação que está o nosso povo brasileiro e aumenta em apenas 5% o salário-mínimo e sobe mais de 100% no aluguel.

Como já disse, se eu ganhasse só Cz\$ 5 mil e pagasse Cz\$ 2 mil e 500 de aluguel, o salário ficaria somente nessa despesa.

E o que eu e minha família iríamos comer? Morreríamos de fome por causa de um Governo incompetente, que não olha para a Nação com bons olhos, só se lembrando de aumentar impostos para arrecadar mais para que eles gastem mais nas suas estatais.

Então, é lamentável Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós vemos um País com os governantes que querem ver o fim dessa Nação. Eu sei que todos os Deputados estão preocupados. O nosso Governador Álvaro Dias também está preocupado, mas lá em cima, na área federal, Senhores Deputados, os homens querem ver o fim desta Nação, querem ver o trabalhador morrendo a cada dia que passa. É lamentável. O nosso repúdio aos Governantes do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados presentes neste dia.

Estamos com duas preocupações presentes neste dia. A primeira é "curta e grossa". É uma manifestação de repúdio aos atos violentos que a Polícia do Estado do Paraná, hoje pela manhã, usou com os estudantes, os formandos de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná, que foram violentamente agredidos pela Polícia Militar, quando manifestavam, com justeza, o seu descontentamento quanto ao Anteprojeto do Relator da Constituinte, Bernardo Cabral, que dispensa o diploma para o exercício da profissão de jornalista e outros.

É de lamentar, porque é pela primeira vez, na nova República, em que a Polícia agride os estudantes com bombas e armas, destruindo o patrimônio da Universidade Federal do Paraná, invadindo o campus uni-

versitário! Então, este é o espelho da democracia que nós estamos vivendo, nos dias de hoje.

Este é o nosso repúdio e a convocação a todos nós a que desafiemos o Secretário de Segurança e o Governador que é o responsável pelo Executivo, neste Estado, para que se adote um outro comportamento, um comportamento de acordo com os discursos de palanques, o programa do partido que governa, bem como de acordo com a aparência de Governo que nós temos!

Nossa segunda preocupação neste dia diz respeito, exatamente ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, a nossa tão honrosa e necessária Casa de Leis.

Tenho ouvido afirmações de muitos Parlamentares, aqui, no boteco, na imprensa, alegando que existem Parlamentares que estão denegrindo, desmoralizando o Parlamento paranaense. Então, neste dia, gostaria de trazer algumas questões para reflexão, ajudando-nos a discutir, colocando em comum os argumentos e a nossa prática política para que reflitamos juntos sobre o que realmente está denegrindo e desprestigiando o Poder Legislativo deste Estado!

E, quero dizer que, no meu primeiro pronunciamento que fiz nesta Casa, posicionei-me ao assumir este Mandato, claramente sobre a minha postura de Deputado do Partido dos Trabalhadores, e hoje, passados sete meses de atividades parlamentares, gostaria de retomar alguns tópicos deste meu pronunciamento e fazer uma avaliação da atuação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

É importante reafirmar que fui eleito pelo Partido dos Trabalhadores, eleito pelos votos dos trabalhadores, organizados politicamente, e isso, certamente me impõe uma dupla responsabilidade. Primeira: atuar conforme os princípios do Partido; e, segunda: atuar na defesa incondicional dos direitos dos trabalhadores. Esta foi e essa será a linha que norteará a minha atuação nesta Casa. Não poderia deixar de lembrar que sou um Deputado trabalhador!

Trabalhador no sentido amplo, como o são todos os cidadãos que exercem uma atividade. Sou um trabalhador da produção, um pequeno produtor que trabalhou a terra até fevereiro de 1987. Por isso, trago uma imagem muito concreta da política e da atuação dos políticos; e também da imagem de que a política no Brasil, que sempre foi feita pela elite dominante, isto quer dizer, pelos patrões para proteger a si próprios ou para beneficiar os interesses seus, e sobre os trabalhadores assumirem um controle para melhor explorá-los.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o que encontrei foi exatamente imagem que os trabalhadores têm da

política. Uma Casa onde quase nada do que se fala, se planeja, ou se faz, serve diretamente aos trabalhadores do Paraná. A classe trabalhadora está ansiosa, com vontade de mudar esta imagem da política. Ela quer participar das decisões, inclusive das decisões políticas.

Os trabalhadores não querem mais ser representados por aqueles que sempre os traíram. Não desejam doravante que as conquistas econômicas, sociais e políticas surjam da classe dominante, dos donos do poder ou dos seus aliados. Nessa perspectiva, Senhor Presidente e nobres colegas, o Partido dos Trabalhadores fará e continuará fazendo oposição ao atual sistema econômico capitalista e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia alguns e mantém a maioria dos brasileiros numa situação de exploração e de miséria.

E é por isso que o PT, nesta Casa, também será oposição, porém uma oposição consciente e construtiva, mas jamais vacilante ou conivente. Oposição firme, e se necessário radical, sempre que os interesses dos trabalhadores, do bem comum, ou da coisa pública não sejam respeitados.

Fazer oposição dessa forma, Senhor Presidente e nobres colegas, não é denegrir e desmoralizar a imagem do Poder Legislativo ou da própria Assembleia. Antes, significa torná-lo mais atuante, mais dinâmico, mais preocupado com a população, e sobretudo num poder confiável. Fazer oposição dessa forma, significa obrigar esse Poder a se voltar para a sua função básica, que é a de elaborar as leis em benefício da população, e também de fiscalizar o Poder Executivo em todos os seus atos; fazer oposição dessa forma, significa fazer com que a massa trabalhadora e a classe produtora deste Estado confie plenamente em seus Deputados.

No entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que presenciamos aqui durante estes sete meses, foi sentir vários momentos, que, realmente, denigrem e desmoralizam o Poder Legislativo.

Peço a compreensão dos nobres Deputados, para nos determos e examinarmos com profundidade o funcionamento da nossa Casa. Será um trabalho dolorido, mas um trabalho necessário.

Primeiro ponto: constatamos aqui, a submissão do Poder Legislativo ao Poder Executivo. Sempre percebemos esta submissão, especialmente pela bancada Majoritária nesta Casa. Os Deputados da Bancada Majoritária, durante estes sete meses aprovaram, por unanimidade, sem discussão, a maioria dos Projetos encaminhados e de interesse e vontade do Executivo.

Temos o Projeto da Cidade Industrial de Curitiba, autorizando o Executivo a assumir a sua dívida, onde nós sentimos e



percebemos que, posteriormente, quando o Governador Álvaro Dias vetou o Projeto, os mesmos Deputados que acataram e que não fizeram oposição, de repente, mudaram de posição e se colocaram a favor do veto, que era a postura das bancadas oposicionistas nesta Casa.

Por que então, Senhor Presidente e nobres colegas, em tão curto espaço de tempo os Deputados voltaram atrás sobre sua decisão? De duas, uma, ou não conheciam o que estavam votando, ou então, estão aqui na Assembléia apenas para fazer aquilo que o Governador quer!

Outro exemplo claro desta submissão foi o caso da Reforma Administrativa - só foram acatadas para discussão as emendas que o Executivo, e especificamente o Governador acatou, as outras, foram jogadas na lata do lixo. Isto, Senhor Presidente e nobres colegas, denigre a imagem do Legislativo.

Segundo: Gostaríamos de colocar em discussão a idéia de que o Legislativo não está exercendo a sua função fundamental, isto é, não quer exercer a função fiscalizadora do Executivo. Além disso, não permite que as Bancadas Oposicionistas o façam, e prova disto são os inúmeros requerimentos de Informações sobre o funcionamento do Executivo, e veementemente negados neste Plenário.

Os casos se multiplicam! Se formos somar os pedidos de explicações sobre demissões de funcionários, arbitrárias, por questões políticas, na ACARPA, o Pedido de auditoria no DER, Aposentadoria dos Governadores, nós chegaremos à conclusão que a nossa ação fiscalizadora, que é a nossa função principal, está ficando em último plano!

Isto denigre realmente a imagem do Poder Legislativo; do nosso ponto de vista.

O Poder Legislativo do Paraná não legisla, não cumpre o seu papel fundamental, que é o de fazer Leis. Isso se comprova, por exemplo, com as Ordens do Dia. Temos que lutar para que, realmente estejamos empenhados não só em dar nomes de ruas, não só em votos de repúdio, votos de louvor, ou de pesar, mas, em propostas que realmente transformemos em leis que irão garantir os direitos de todos os paranaenses!

Temos vários exemplos que poderíamos citar.

O Sr. José Felinto- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - No final, se for possível vou conceder aparte, pois tenho mais meia hora, companheiros, fiquem tranquilos que vou distribuir apartes para todos.

Tivemos várias discussões aqui nesta Casa sobre Projetos que estão constando da Ordem do Dia, pois sabemos que existem há muito tempo circulando nesta Casa de Leis, Projetos que são do mais alto interesse do povo do Paraná e deste Estado. Temos um que regula a construção da usina hidrelétrica no Estado. Ele foi esquecido por este Parlamento. Temos um outro, que autoriza o Executivo a construir uma rede estadual de creches, mas, sumiu. Há aquele outro que dispõe sobre o zoneamento agrícola para a produção da cana de açúcar. Aonde está? E também o projeto que veda ocupantes do cargo do Executivo a perceber mais do que uma remuneração, já faz tempo. Onde é que está? Temos um outro, que regula o uso dos meios de comunicação social do Estado. Onde é que está? Existem tantos que se fôssemos enumerá-los iríamos chegar à conclusão de que realmente as questões fundamentais são jogadas para último plano.

A maioria do Legislativo não permite que questões sérias e de interesse do Estado sejam discutidas em Plenário; em contrapartida são trazidas para o mesmo questões que atendem mais aos interesses eleitorais, pessoais e que não contribuem para o bom funcionamento desta Casa, isto quando a Assembléia Legislativa não é usada para fins clientelistas e assistenciais. E mais grave do que isso, é a constante agressão sofrida pelos Deputados que fazem Oposição e que preocupados com as questões do Estado e da população, pretendem discutir e aprovar Leis capazes de alterar a atual ordem econômica e social. Não bastasse isso, toda vez que se levanta questões ligadas ao Governo e à sua administração, os Deputados da Oposição são impedidos de levarem a cabo suas intenções. Será que isso, Senhor Presidente, nobres colegas, não está denegrindo a imagem do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

O Legislativo que elegeu a atual Mesa Executiva é o responsável por certos maus funcionamentos desta Casa, das manobras regimentais praticadas em muitas sessões. Na alteração das Atas, pois muitas vezes, na Ata consta que estão presentes cinqüenta parlamentares quando nós testemunhamos a presença de dez ou doze, como na primeira sessão deste segundo semestre, ou quando publicadas certidões, contraditórias, pois nós, do Partido dos Trabalhadores, recebemos duas certidões, assinadas, ambas pelos mesmos membros da mesa Executiva desta Casa, que dera, uma informação no dia 07 de julho dizendo que o nosso companheiro Ovídio Constantino, lotado no nosso gabinete, fazia parte do quadro de pessoal do gabinete parlamentar, e alguns dias depois nós requisitamos uma certidão



e esta certidão dizia que ele tinha sido demitido através do decreto no dia 1º de julho, sendo que esta última era verdadeira. Como é possível no dia 07 de julho expedir uma certidão alegando que Ovídio Constantino ainda fazia parte do quadro do gabinete subsidiado pela Assembléia Legislativa, quando no dia 1º de julho ele já estava fora deste mesmo quadro?

Isso também denigre a imagem do Poder Legislativo.

No dia 26 de janeiro passado, quando circulava na imprensa uma grande preocupação com relação ao quadro de funcionários da Assembléia Legislativa, o Partido dos Trabalhadores através do seu diretório, reunido no Plenarinho dessa Casa, chegou à conclusão de que como estávamos assumindo uma cadeira aqui nessa bancada, teríamos um compromisso de mostrar a verdade, para o povo do Paraná. Se existem fantasmas, quem e quantos são, então mostrar a verdade daquilo que estava tramitando na imprensa e que a gente não sabia se eram verdadeiras tais afirmações.

No começo de fevereiro, solicitamos através de um requerimento, a relação dos funcionários dessa Casa. Não nos foi fornecida.

Em maio, solicitamos uma Certidão dos funcionários da Assembléia Legislativa, com os seus cargos, onde estão lotados, quanto recebem, e não nos foi fornecida. No dia 24 passado encaminhamos novamente o mesmo pedido, pela 3ª vez, a última oportunidade para que a Mesa Executiva nos forneça e para que possamos explicar a todos os que indagam a verdade dos fatos.

Nós temos interesse sim, e quando alguém nos pergunta não queremos dizer "não sabemos, não sei", ou dizer algo com que nós não concordamos.

Queremos explicar a verdade. Se não soubermos explicar a verdade, julgamos que isso, sim, irá denegrir a imagem do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

O Legislativo do Paraná que se diz preocupado com a moralidade da Assembléia, e que eu acho que deve ser, e com a imagem desse Poder, está propondo que se crie mais cargos. Acho que é uma questão discutível, é lógico. Se for necessário, vamos discutir e vamos aprovar. Se for necessário aumentar os ganhos parlamentares, vamos discutir, vamos aprovar.

Temos que jogar abertamente. Então, porque que se quer aumentar os cargos, e não se coloca a público os cargos que já temos, onde eles estão, e quem são?

Se houvesse essa transparência e a verdade nua e crua, certamente nós teríamos mais coragem de chegar a público e provar para a população do Paraná que para fazer a Nova Constituição, é necessário termos um quadro especializado.

Mas, até hoje, nós não sabemos explicar quem são os funcionários, não sabemos explicar, por quê? Podemos até desconfiar de famílias inteiras que estão nos gabinetes... Será que estas são as mais capazes para fazer a nova Constituição?

Muitos funcionários não sabem onde estão; o que estão fazendo. São perguntas que certamente a população do Paraná inteiro está fazendo, e era preciso que todos nós tivéssemos a coragem de provar o porquê. Daí sim, nós teremos a coragem de exigir mais funcionários, se houver necessidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Partido dos Trabalhadores reafirma aqui a sua postura de realmente nós valorizarmos o Poder Legislativo...

O SR. ANIBAL KHURY - Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, eu lhe concedo, estou concluindo. Logo concederei os apartes, para aprofundar o debate.

Nós valorizarmos o Poder Legislativo, para que o mesmo readquira as suas prerrogativas e possa desempenhar com independência, com liberdade, a sua função.

O PT não quer, é o primeiro que não quer a desmoralização deste Parlamento, porque se o PT quisesse a desmoralização, ele viria para cá, não disputaria este parlamento. O PT não quer que os seus representantes sejam execrados pelo povo no entanto. Partido dos Trabalhadores deixa bem claro que a desmoralização da Assembléia se dá pelos fatos absurdos que muitas vezes acontecem...

O Sr. José Felinto- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI -... e que estão se repetindo, e que temos que repudiar publicamente para que eles de fato acabem e temos que cada vez mais, nós mesmos integrantes deste Poder, expor a nossa postura crítica, dura e coerente como o PT e outros Partidos também a estão tendo.

Então é isto que nós realmente esperamos desta Casa de Leis e destes seus integrantes.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio, primeiro que o solicitou.

O Sr. Algaci Túlio- Deputado Pedro Tonelli, acompanhei atentamente o seu pronunciamento e entendo que Vossa Excelência está cheio de razões, porque foi também deste Parlamentar, durante o primeiro semestre, a preocupação, antes e acima de tudo, de colaborar para que pudéssemos resgatar a credibilidade da classe política.

ca e principalmente desta Casa. É público e notório que nos anos passados a imprensa cobrou, durante bom tempo o esvaziamento do Congresso Nacional e as Assembléias praticamente paradas, o mesmo acontecendo com as Câmaras Municipais. É evidente que nós, partidos de oposição, temos um compromisso muito sério com o nosso eleitorado, antes e acima de tudo, de lutar pelas causas populares e também de resgatar esta credibilidade política e acompanhando atentamente o seu pronunciamento, sei que Vossa Excelência tocou exatamente naqueles pontos que mais debatemos aqui, durante o primeiro semestre, qual seja, a discussão do projeto da Cidade Industrial de Curitiba. Primeiro votado maciçamente pela bancada da situação e nós levantamos desta mesma tribuna onde se encontra V.Exa. a necessidade de retirá-lo de pauta, para um melhor estudo, porque amanhã ou depois poderia voltar a esta Casa com o veto do Governador. E não deu outra, não estávamos fazendo qualquer prenúncio como se fosse uma adivinhação, porque entendíamos realmente que haveria necessidade de uma melhor discussão do Projeto da Cidade Industrial. Estranhamente a Bancada que votou favoravelmente ao Projeto, não aceitando as nossas indagações, votou depois pelo veto.

Na seqüência, Deputado Pedro Tonelli, esta Casa teve um outro grande momento em que poderia demonstrar toda a sua força e poderia contribuir para o resgate da credibilidade política de todos nós, que foi a Reforma Administrativa, o que é que se viu? O rolo compressor funcionou, as oposições colocaram emendas e essas emendas não foram discutidas, porque não se respeitou o Regimento Interno desta Casa, que permitia 10 minutos a cada parlamentar para discutir qualquer uma das emendas apostas à mensagem. Infelizmente não tivemos esta oportunidade. Na seqüência, Deputado, lembro também a V.Exa. o cheque em branco que esta Casa deu ao Governador até 1.991, para que ele possa contrair, e fazer qualquer tipo de transação, sem vir a este Parlamento. Então companheiro Pedro Tonelli, apoio o seu pronunciamento neste sentido...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência comunica a V.Exa. que o seu tempo está esgotado, contudo se V.Exa. pretender, podemos iniciar o Horário das Lideranças pelo PT, com oito minutos e meio.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, eu continuo.

O Sr. Algaci Túlio - Permite-me continuar, Deputado Pedro Tonelli, é preciso que

se faça até uma revisão neste Regimento Interno da Assembléia, porque tenho certeza, que talvez aqui seja o único lugar onde o Parlamentar faz um requerimento, e o seu requerimento pode ser aprovado ou não, ou pode ser adiado por um pedido de informações, que é um trabalho que o Parlamentar pode fazer, o de fiscalizar o Governo e de passar até algumas informações ao Governo, mesmo sendo um parlamentar de Oposição. Nesta Casa, um pedido de informações depende da votação do Plenário e nós temos visto que dificilmente passa, de dez passa um. O que quer dizer que a Oposição nunca terá vez nesta Casa se continuar neste estado de coisas, em que um pedido de informações tem que passar por votação do Plenário.

E é por isso, Deputado Pedro Tonelli, que este Parlamentar está preocupado como está V.Exa. em resgatar a credibilidade desta Casa e de todos os Parlamentares. As críticas que às vezes até fazemos fora desta Casa e nesta Casa, são críticas construtivas para chamar a atenção dos demais companheiros, pois temos quatro anos de mandato pela frente, e de muita responsabilidade. E nós queremos ajudar esta Casa a sofrer, a manter a história tão bonita que tem a Assembléia Legislativa, com os grandes Parlamentares que por aqui passaram e deixaram suas marcas na história da política do Paraná e do Brasil. É sobre isso a nossa grande preocupação.

Por isso cumprimento-o pelo seu pronunciamento e tem V.Exa. o meu apoio também.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o endosso do nobre colega e das suas lembranças, que só vêm enriquecer as análises que precisamos fazer periodicamente, dando uma olhada para trás para ver o que a gente fez.

Na seqüência concedo aparte ao Deputado Valderi Mendes Vilela e depois ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nós agradecemos a V.Exa. pela concessão de aparte nesse seu pronunciamento.

Nobre Deputado, realmente V.Exa. tem razão nos pontos sobre os quais mais nos chamou a atenção em seu pronunciamento. Quando V.Exa. se referiu ao Poder Executivo Estadual a assumir as dívidas do município de Curitiba, veja bem, o nosso posicionamento na época, foi que votamos contra a matéria porque entendíamos que o Poder Público Estadual não poderia assumir uma dívida do Poder Público Municipal no início de seu governo, sem ainda saber aquilo que ele poderia realizar e aquilo que ele iria enfrentar dentro da nova realidade, dentro do novo governo que se ini-

ciava na época. Mas, também, votamos contra o veto, porque respeitamos a vontade da maioria dos Parlamentares desta Casa, porque foi a maioria dos Parlamentares desta Casa, que votaram a favor da absorção da dívida do Município de Curitiba.

Então, a respeito disso V.Exa. tem razão. Por outro lado, Nobre Deputado, salientou muito bem V.Exa. quando se referiu à Reforma Administrativa que passou nesta Casa.

Na oportunidade estávamos iniciando o nosso trabalho aqui como Parlamentar e na oportunidade foram apresentadas muitas emendas e o próprio Projeto original, a própria Mensagem do Governador não tinha sido enviada ainda, nem os avulsos, a cada um dos Deputados, e ela já estava em nossa Comissão, a CCJ. Na oportunidade nós requeremos vistas do processo, o que foi negada por um dispositivo regimental que entendemos absurdo, pois que se tratava de uma matéria de alta indagação, e de alto interesse, como foi a Reforma Administrativa.

Mas obedecemos ao regimento e retiramos o nosso pedido de vistas. Nós obedecemos ao Regimento Interno da Casa. O que ocorreu de grave foi com relação às emendas, como realmente disse muito bem o Deputado Algaci Túlio, nem sequer foi dada à Oposição e aos próprios Deputados da Situação a oportunidade de discutir as devidas emendas. É verdade que havia algumas emendas que não traziam nada de novo ao projeto original, mas muitas emendas iriam melhorar esse projeto. Porque, sem sombra de dúvida, havia necessidade de se implantar uma reforma administrativa neste Estado, que foi muito mal governado nos últimos vinte e cinco anos, incluindo o último governo do PMDB que deixou o Estado na situação em que se encontra hoje. Nós não tivemos a oportunidade de discutir a Reforma, e entramos novamente com o pedido para examinar o Projeto por uma ou duas horas e isto foi negado. Pedimos para ser discutido em Plenário, foi negado. Então, nesta hora, é usado o Regimento Interno da Casa. Nesta hora faz-se prevalecer o Regimento Interno da Casa contra, não o Regimento, mas se vota contra o Regimento Interno da Casa. Alegaram uma época que o Plenário era soberano para discutir tal matéria. Entendemos que se existe Regimento Interno, o Plenário tem que seguir, no mínimo, o Regimento Interno da Casa. Por isto parabenizo V.Exa. também neste sentido e concordando plenamente com V.Exa. quando se referiu às matérias veiculadas na imprensa a respeito do que ocorreu neste Parlamento nos últimos dias.

Quanto à construção das usinas hidrelétricas, também um projeto contra o qual votamos, principalmente dada a situação de

insolvência que o País apresenta, votamos contra, porque o Paraná já vem sendo prejudicado há muito tempo por estas usinas. O trabalhador é jogado fora de suas terras sem que ele possa recuperar, com o seu trabalho, uma posição mais digna em sua vida. Por isto concordamos com V.Exa. e o parabenizo nestes pontos que frisamos, e agradecemos o aparte concedido.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço a sua brilhante contribuição, que só vem demonstrar a preocupação desta avaliação, que é importante que se faça com frequência nesta Casa de Leis. Coloco o restante do tempo à disposição do Deputado Caíto Quintana, só tenho um minuto e pergunto-lhe se fará uso da palavra.

O Sr. Caíto Quintana - Nobre Deputado, declino do aparte no encerramento do seu horário. Na sequência teremos oportunidade de discutir. Só diria uma coisa. V.Exa., com todo o respeito, nesta Casa pode representar o Partido dos Trabalhadores e não os trabalhadores, sob pena de estarmos chamando de vagabundos os dois milhões, trezentos e quarenta e poucos mil votos que o PMDB fez. Só o Deputado Luiz Carlos Alborghetti fez mais votos pelo PMDB do que toda a legenda do seu partido. V.Exa. representa nesta Casa o PT. Nós reservamos o direito, num Estado majoritariamente de trabalhadores, de dizer que o PMDB é a legenda nesta Casa que teve mais votos dos trabalhadores do Paraná. Isto tem que ficar claro. Porque se não daqui a pouco qualquer partido que tenha na sua sigla o nome "Democrático", vai querer dizer que representa todos os defensores da democracia do Paraná e do Brasil. Seria assim como sendo peemedebista pretendesse dizer que representamos aqui todos os democratas do Paraná, o que não é verdade, apenas porque o PMDB é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O tempo de V.Exa. terminou.

O SR. JOSÉ ALVES - (Pela ordem) Quero agradecer a presença do ilustre Vereador de Maringá, Ari Bueno de Godói.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Mesa registra a presença nesta Casa do Vereador Ari Bueno de Godói nos trabalhos de hoje.

O SR. PEDRO TONELLI - Gostaria de mais um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Como é de praxe, V.Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Gostaria de reafirmar a postura do nosso partido, em resposta ao Líder da Maioria desta Casa. O Partido dos Trabalhadores tem um compromisso não só com os que votaram no PT, mas com os trabalhadores do Paraná todo. E da mesma forma espero, das outras siglas que estão representadas aqui, que contêm a palavra democrática, que contêm a palavra trabalhador, que realmente representem o interesse da maioria nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, colegas, pelo interesse com que foi debatido este tema. Isto demonstra que realmente ele é muito interessante. Oportunamente temos que aprofundar esta questão, que é interessante para todos, como o demonstrou a grande solicitação de apartes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Horário das Lideranças consultamos a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Nação acordou hoje com as piores notícias que se poderia esperar. Parece que estão brincando com o trabalhador, parece que estão brincando com o povo. Vejam aqui, apenas numa página do Jornal "Tribuna do Paraná", encontramos aqui. (Lê):

"Valor mínimo que deve receber um assalariado - piso salarial: Cz\$ 2 mil e 400. Preços da gasolina e do álcool sobem até sexta-feira. Leite e derivados também sobem, e o índice da inflação, maior que a previsão".

Os salários, doravante, pela nova sigla que se conhece - Unidade de Referência de Preços - passa a Cz\$ 2 mil e 400. Mais uma unidade de valor para se juntar a tantas outras: OTN, ORTN e etc. E para que tudo isso, Senhores Deputados?

Para reajustar ou para controlar, melhor dizendo, os salários das classes trabalhadoras. Pelo índice da URP, o salário do trabalhador será reajustado em 4,69% nesses próximos três meses, além do resíduo salarial. Parece brincadeira senhores. Brincadeira de mau gosto, quando na mesma página do Jornal "Tribuna do Paraná" vemos que o preço da gasolina e do álcool sobem como era feito no tempo da Velha República. Se esperava chegar a sexta-feira, depois das 08:00 horas e se anunciava um novo aumento.

É evidente que estamos sentindo que se espera chegar ou passar este final de semana ou então, a sexta-feira mesmo, antecipando um feriadão, para pegar o povo preocupado em arrumar as malas para viajar e quando ele voltar é que vai cair na rea-

lidade e vai ver que aumentou tudo novamente.

Sobe tudo, pelo menos com 7,5%. Leite e derivados também. O valor do reajuste do salário do trabalhador é evidente que não sobe nas mesmas proporções.

Senhores Deputados, possivelmente a inflação de setembro voltará aos dois dígitos, mas o trabalhador vai continuar recebendo Cz\$ 2 mil e 400. Isto, segundo os órgãos oficiais que calculam o salário mínimo.

Então, vejam os Senhores, a situação difícil pela qual passa o trabalhador brasileiro. A situação difícil pela qual passa a família brasileira.

Vejam bem: quando vemos na mesma página do jornal, inclusive: "Marajás catarienses recebem Cz\$ 252 mil mensais".

Senhores Deputados! Que País é este? Todos nós lamentavelmente sabemos que uma sequência de fatos errados estão acontecendo e que há necessidade de se trabalhar em cima disso e em cima do que falou o Deputado Pedro Tonelli, resgatar a credibilidade da classe política.

No próximo dia 7 de setembro estaremos comemorando a Independência do Brasil. E o que temos feito para merecer esta Independência?

O que significa hoje para o Brasil esta Independência? Será que não somos mais escravos hoje do capital estrangeiro, dos grandes grupos dominantes, do que ontem éramos de Portugal?

Será que não estamos sofrendo uma nova derrama neste País? Será que o País, não está sangrando o povo mais do que ontem? Porque as medidas que estão sendo adotadas, pagar as contas a dívida interna e a externa com o aumento de impostos, com o achatamento salarial, com elevação de taxas de serviços públicos, é na verdade sangrar o povo.

Como fica este Brasil de 1987? Não vemos mais "Pedros" dispostos a dar o Grito de Independência, mas temos muitos dando o grito de morte.

Está na hora de abrirmos os olhos e a consciência também, porque não podemos esquecer que "governo" somos todos nós. Governo é Legislativo, é Executivo. A responsabilidade é também nossa, não podemos permitir que forças se armem e venham ser obrigadas, levadas pela nossa omissão, a dar o grito de morte nesse País. É preciso que todos olhemos, exatamente para este lado. Cabe a nós parlamentares, cabe a todos nós a grande preocupação de novamente gritar a Independência desse Brasil e não esperar que milhares de trabalhadores, e milhares de crianças dêem o grito de morte. É preciso se conscientizar sobre este grave momento que passa o nosso País.

Concedo o aparte ao Deputado Valderi

Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado Algaci Túlio, V.Exa. traz a esta tribuna hoje um assunto realmente interessante. Todos nós sabemos que a política do atual Ministro da Fazenda é uma política de arrocho salarial. É uma política que se voltou exatamente contra o trabalhador brasileiro, porque nós tivemos agora o aumento do salário mínimo que foi para Cz\$ 2 mil e 400. Tivemos o aumento dos demais salários na ordem de 4,6%. É bom lembrar a V.Exa., que falou em aumentos de combustíveis, aumentos de toda natureza, que a energia elétrica de uma empresa estatal vai subir 28%, nobre Deputado.

Então, o custo de vida no mês de junho chegou ao ponto de subir 3,16% ao dia. Ao dia. Aqui em Curitiba se registram os maiores índices do custo de vida do Brasil. V.Exa. se lembra muito bem, quando foi anunciado este plano de arrocho salarial do Ministro Bresser Pereira, todos os preços foram elevados naquele mês em torno de 25% e agora em julho tivemos também um crescimento do custo de vida em mais de 10% e o reajuste salarial agora na ordem de 4,16%. O que prova que o Ministro Bresser Pereira não está preocupado com os trabalhadores deste País, faz exclusivamente uma política de arrocho salarial e nada mais. Se não mudar isso nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Seu tempo está esgotado. A Mesa lhe concede um minuto para o encerramento.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - ... em poucos dias o trabalhador não terá mais nada de salário para receber no final do seu mês de trabalho, na sua quinzena, no seu dia.

Muito obrigado nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para completar, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Partido Democrático Trabalhista, o PDT, também repudia, neste momento, os atos praticados pela polícia, atos de violência, hoje pela manhã contra os estudantes. E ao mesmo tempo também se mostra solidário às professoras que fizeram concursos e esses mesmos concursos já estão quase que caducando e até hoje não foram chamadas ainda.

O PDT também se posiciona cobrando do Governo do Estado uma imediata posição em relação a esta situação dos professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Presidência consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Para chegar ao Palácio Iguaçu, o Governador Álvaro Dias, assumiu solene compromisso com a transparência em todos os seus atos. E, à sua maneira, tem procurado mostrar, na prática, que esse compromisso é pra valer.

Muitos escândalos administrativos foram por ele denunciados e bombasticamente anunciados.

Em diferentes ocasiões, aqui ou além de nossas fronteiras, o Governador se gabou de ser o Paraná o único Estado onde se prendiam criminosos de colarinho branco.

Não obstante o tom emocional e quase sempre promocional que cerca as atitudes aparentemente firmes do Senhor Álvaro Dias, a verdade é que a opinião pública tem recebido bem as providências destinadas à apuração dos crimes praticados, até então impunemente, contra o combalido erário público paranaense.

Acontece, no entanto, que as apurações dos fatos começaram a incomodar. No emaranhado dos acontecimentos o que se viu é que os arraiais do PMDB não estão imunes à praga da corrupção. Ao contrário, essa doença terrível, que corrói as entranhas da vida pública nacional, também medrou com viço incomum entre os outrora impiedosos críticos dos governos pós 64. E se verificou, então, que os falsos pudores vestais de ontem não eram assim tão avessos à tentação, como pretendiam fazer crer. E como se comprovou logo, às primeiras oportunidades!

As evidências desse comportamento estão aí. São inúmeras. Todas já devidamente anunciadas. Vão desde a malversação do dinheiro dos indigentes da FREI, passando pelos gastos com pernis, na SUREHMA, até os mais escabrosos, como os conhecidos escândalos dos dólares, do BANCO DEL PARANÁ, da merenda escolar, do Porto de Paranaguá, da Hering-Trol e do Brasilinvest, da EMO-PAR, do IAM, do IPE, do Teatro Guaíra, e de outros que já se prenunciam, como a anunciada aquisição de máquinas impressoras para a Loto Estadual, sem concorrência pública.

Tudo isso, para não deixar qualquer dúvida, relacionado a fatos ocorridos depois que o PMDB assumiu o Governo do Estado, já quase cinco anos... E todos os episódios protagonizados por elementos de clara militância partidária peemedebista.

Ora, vindo a público tais fatos, natu-

ralmente ficou mal o PMDB, com sua pregação moralista. E, como via de consequência, muita gente está se incomodando, pois a ação do Governador Álvaro Dias, levantando o véu dos mistérios que envolviam certos negócios mal explicados, apanhou muita gente desprevenida.

Daí, Senhor Presidente, a reação que se esboça. Daí, a movimentação que se observa e que também já começou a ganhar as páginas dos jornais.

Com efeitos, primeiro se tentou armar um grande pandemônio em torno de um hipotético rompimento entre o atual - Álvaro Dias - e o ex-Governador José Richa. Já agora, como corolário dessa jogada, notícia a imprensa que a bancada estadual do PMDB nesta Casa após demorada reunião, decidiu fazer chegar ao Governador, através de qualificados interlocutores, - os líderes Caíto Quintana e Nestor Baptista -, toda a sua preocupação com o desenrolar dos acontecimentos. Pretenderia ela que o Chefe do Executivo altere a condução adotada para divulgação e apuração na corrupção existente ou verificada no seio do Governo, o que estaria descaracterizando o PMDB e fazendo com que a população menos esclarecida pense serem os atuais Governos mais corruptos do que os da época do regime militar! E para justificar ainda mais tal preocupação, alega-se que a diferença é que, agora, a imprensa tem liberdade para publicar os fatos!

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quão curioso é o estágio de "Avanço Democrático" a que nos levou a pregação do outrora incorruptível PMDB. Do PMDB, que chegou ao poder, em grande parte, graças às denúncias, nem sempre corretas e responsáveis, acerca de desmandos praticados por agentes dos governos da fase militar.

Mas, o que se vê, agora, é a preocupação tomando conta das hostes peemedebistas, no justo momento em que o Governador do Estado resolve acabar com os abusos, com os roubos, com a imoralidade e a malandragem, mandando apurar os fatos e punir os culpados. Culpados que, infelizmente para ele, são todos vinculados a seu próprio partido.

Estranhável, e sobretudo lamentável, que os ilustres Senhores Deputados peemedebistas, ao invés de se colocarem ao lado do Governador, emprestando-lhe toda a força para apuração dos fatos e para a concretização da transparência tão apregoada, se ponham agora na condição de guardiães das conveniências do Partido e salvaguarda de interesses menores, e, por consequência, contra os interesses maiores do Estado e do povo.

Por outro lado, de nada adianta, à guisa de Justificativa, pretender estabe-

lecer uma comparação para saber quem ganha em corrupção - se os Governos do passado regime de força, se os do período da "Democracia" peemedebista. O que realmente importa é que os crimes sejam apurados. E que os culpados, de hoje ou de ontem, recebam a punição devida. Custe o que custar. Doa a quem doer.

Em matéria de transparência, tudo o mais que se disser ou que se fizer, será fugir da raia, tergiversar, mistificar, ou, mais grave ainda, revelar o temor de que a casa acabe desabando sobre as próprias cabeças - ainda que em termos meramente eleitorais...

Atenta aos fatos, a opinião pública paranaense certamente não ficará indiferente aos acontecimentos. E com toda a certeza não perdoará aqueles que, escamoteando a verdade, tentarem se esconder na penumbra da indefinição, no malabarismo dos acertos, no retraimento da cumplicidade.

O Senhor Governador do Estado, por certo, indiferente às pressões - como aliás já tem afirmado e reafirmado -, não se desviará dos rumos que se traçou, nem tampouco deixará esmorecer o ímpeto de levar a termo a determinação de limpar o Paraná da corrupção, da malversação dos dinheiros públicos, em todos os níveis da administração estadual.

Afinal, não haverá de ser o interesse contrariado de alguns, nem tampouco a acomodação cúmplice de outros, que irão contribuir para o acobertamento dos desmandos e a impunidade dos culpados, por mais importantes que sejam ou por mais próximos do poder que se encontrem.

Efetivamente, se a verdade e a transparência interessam ao Governador do Estado, elas interessam mais ainda ao povo do Paraná, cansado de ser enganado e iludido por falsos pregoeiros do moralismo político e administrativo. O que o povo quer, e deseja, é ver esclarecidos todos os escândalos cometidos neste Estado, com a exemplar punição daqueles que agiram criminosamente, o que, a bem da verdade, ainda está por acontecer!

Muito obrigado.

Nesse sentido ainda, Senhor Presidente, e com a mesma reação que nós, em virtude da atuação da Bancada peemedebista em se reunindo para solicitar ao Senhor Governador que faça determinar um paradeiro ao seu propósito de sanear o Estado...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Nobre Deputado, o seu tempo está esgotado e tem um minuto para o encerramento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado. Esta campanha desenvolvida pelo Senhor Governador de moralidade, e de responsabi-

lizar aqueles que ajudaram a liquidar, podemos dizer, com o erário público por malversação do dinheiro e por mau comportamento na administração pública. Estamos requerendo também a inserção nos Anais da Casa de um editorial do Jornal "O Estado do Paraná", que trata também do mesmo assunto.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excecência tem a palavra, pela ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas para solicitar que Vossa Excelência registre nos Anais desta Casa, a presença honrosa do Senhor Antônio Correa Cardoso, Cônsul de Portugal, que nos honra com sua presença no Plenário deste Legislativo.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere.

Consultamos a Liderança do PMDB, se fará uso do seu tempo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Usará da palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O Deputado Nereu Massignan tem a palavra por oito minutos e meio.

(Assume a presidência o Senhor Deputado Antônio Belinati).

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ontem a Folha de São Paulo anunciava a intenção do Presidente José Sarney, intenção não, vontade já definida de incluir no orçamento da União, para o próximo ano, Cz\$ 8 bilhões para a Ferrovia Norte-Sul.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo Federal volta a sonhar com a Ferrovia-Norte Sul. Mas o que para ele é um sonho, para nós é um pesadelo. Foi com surpresa e estarecidos que observamos a destinação de Cz\$ 8 bilhões no orçamento geral da União para o próximo ano, ao sonho dourado do Senhor José Sarney, sonho que despidoradamente convive com o pesadelo diário de milhões de brasileiros.

Além de questionar a oportunidade desta obra, levanto minhas dúvidas também quanto a sua lisura, dúvidas não, certezas, com que foram conduzidos os seus procedimentos iniciais. Questiono a lisura desta obra ao lembrar do conluio entre as empreiteiras quando da concorrência, parabenizando os lotes, o que foi denunciado pelo jornalista Jânio de Freitas no Jornal

Folha de São Paulo, num dos episódios mais dignos e patrióticos da imprensa brasileira. Os fatos que se sucederam após essa denúncia são do conhecimento de todos, mas convém lembrá-los.

O jornalista Jânio de Freitas foi intimado a prestar depoimento na Polícia Federal numa tentativa de intimidá-lo e silenciá-lo. O Ministério dos Transportes promoveu um "rigoroso inquérito" cujo resultado todos nós de antemão já sabíamos. E ele se confirmou. Após esse "rigoroso inquérito" constatou-se que nada de anormal ocorrera. Nada de anormal na concepção do Ministério dos Transportes. Porém, o Procurador Geral da República, Dr. Sebastião Sepúlveda Pertence, que está restaurando a dignidade do cargo, não se conformou, determinou a abertura de inquérito policial visando indiciar criminalmente o Diretor Presidente da VALEC. Empresa à que o Presidente José Sarney, informa a Folha de São Paulo, outorgou o direito de usufruto gozo da futura Ferrovia Norte-Sul. Continua o Governo teimando com essa famigerada obra.

Questiono a oportunidade desta obra ao lembrar o elenco de medidas enunciadas na última reunião ministerial. Todas elas objetivaram conter o déficit público. Da proibição à concessão de novos empréstimos a estados e municípios por parte de bancos federais, do Governo Federal, ao aumento de impostos, notadamente o imposto de renda, que sacrificará ainda mais a todos nós.

Todos nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sabemos o que significa este corte de investimento nos estados e nos municípios, pois todos nesta Casa sentem as dificuldades em viabilizar projetos de cunho social, como a construção de posto de saúde, creches, ampliação e construção de escolas, reforma de escolas, em virtude da escassez de recursos.

Estes projetos, segundo o Governo Federal contribuem para o aumento do déficit público, que segundo alguns é a origem de todos os males que nos afligem. Mas, estranhamente, a Ferrovia Norte-Sul, mais precisamente Brasilândia - Açailândia, no Maranhão do Senhor José Sarney, não contribuiriam para o aumento do déficit público, sendo-nos apresentada com a obra que significará a nossa redenção econômica. Aliás, como já foram a Ferrovia do Aço, a Transamazônica o Acordo Nuclear, de cujas usinas, agora recentemente, uma delas foi paralisada porque apresenta defeitos na sua estrutura. Hoje, esse nosso povo brasileiro derrama lágrimas de sangue para pagar esses compromissos da Velha República, e que o Senhor José Sarney, Presidente da República, parece que lhe deixou a boca torta o uso do cachimbo, naque-



les velhos tempos da Velha República.

Lágrimas de sangue, para pagá-las!

Algumas, inconclusas, como a Ferrovia do Aço, outras que não funcionam, como a Angra I, mas todas elas, inconclusas ou defeituosas, nos custaram caro, muito caro!

Questionando a oportunidade, a moralidade e a conveniência dessa obra, deixo algumas perguntas no ar:

Será que o Ensino brasileiro é de boa qualidade, que prescinde de Cz\$ 8 bilhões?

Será que a febre amarela, a esquistossomose, a doença de Chagas, o sarampo, e tantas outras moléstias que nos afligem, já foram erradicadas, não necessitando, portanto, de Cz\$ 8 bilhões para o seu combate?

Será que o problema habitacional já foi solucionado? Que todos os brasileiros habitam em moradias dignas, decentes, salubres e seguras, não havendo então, necessidade de aplicar Cz\$ 8 bilhões nesses programas, porque é necessário construir a Ferrovia Norte-Sul?! Será que os Municípios brasileiros estão com suas finanças equilibradas?

Será que os Prefeitos dos pequenos municípios conseguem atender os reclamos, justos de seus munícipes? Não necessitando portanto, os Municípios brasileiros, de Cz\$ 8 bilhões de cruzados?! Mas, a Ferrovia Norte-Sul precisa ser construída!

Será que os Estados brasileiros estão com a disponibilidade de finanças para aplicar recursos na Saúde Pública, na Educação, na Segurança, de forma satisfatória?

Será que o Estado do Paraná perdoou os 2 bilhões que o Governo Federal nos deve em razão de obras efetuadas pelo Governo Estadual em rodovias federais, no Paraná? Penso que não, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Infelizmente, vários acontecimentos recentes confirmam minhas preocupações; acontecimentos como os ocorridos na Favela da Rocinha, e de outras cidades do Rio de Janeiro, onde, numa inversão total de valores, a população local-trabalhadores na sua quase totalidade - elege como seus protetores, pessoas que atuam no narcotráfico!

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência lembra o ilustre Deputado, que seu tempo está esgotado.

Concede-lhe um minuto, para o encerramento.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Encerrarei, Senhor Presidente.

É estarrecedor, mas compreensível, pois, quando o Poder Público lhes vira as costas, ignora-os, humilha-os, obriga-os a

viverem em encostas de morros às margens de esgotos - e quem aqui não conhece a Favela do Pinto, em Curitiba - o que podem eles esperar, de seus Governantes?

Governantes que aplicam Cz\$ 8 bilhões numa ferrovia, sem viabilidade econômica, salientando que, esses Cz\$ 8 bilhões são para o início das obras, pois o seu custo total ninguém sabe, quando ao mesmo tempo nosso tecido social está apodrecido e nossas chagas estão expostas e nossas carências agravam-se diariamente!

Conclamo os Senhores Deputados por isso, a pressionarem todos os nossos Colegas da Câmara Federal e do Senado no sentido de rejeitarem essa tentativa do Governo Federal.

Não devemos pecar pela omissão!

Não podemos virar as costas à população brasileira, sob pena de vermos nossa classe política, nossas instituições, os Partidos, e o Parlamento, desacreditados, divorciados da Nação, como o quer o Presidente José Sarney.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Belinati) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA;

com a presença de cinqüenta e um Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 71/87, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que denomina Angelo Moreira da Fonseca a rodovia que liga Umuarama a Ivatê. Aprovado. (Public. no DA. 52 de 20.05.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 85/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Viajantes do Sudoeste Novo, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão. Aprovado. (Public. no DA. 60 de 03.06.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 87/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Augusta e Respeitável Loja Simbólica Alexandre Fleming, com sede e foro em Ponta Grossa. Aprovado. (Public. no DA. 60 de 03.06.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 90/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários Aposentados do Barneado, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Public. no DA. 61 de 04.06.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 115/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Academia Paranaense de Medicina, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Aprovado. (Public. no DA. 71 de 24.06.87.)

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 119/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Princesa Isabel - Ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro no Município de Cêrro Azul. Aprovado. (Public. no DA. n. 75 de 30.06.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 31/87, (Mensagem n. 43/87 ex-Proposição n. 51/87), que aprova convênio celebrado entre a União, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, no qual figuram como intervenientes a EBTU, Secretaria do Planejamento, a COMEC o IPPUC, objetivando a execução e implementação de projetos, obras, serviços e demais atividades, conforme especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 31/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o convênio n. 57/86, celebrado em 09 de maio de 1986, entre a União, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, no qual figuram como intervenientes a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, a Secretaria de Estado do Planejamento, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba - IPPUC, objetivando a execução e implantação de projetos, obras, serviços e demais atividades, estritamente conforme especificadas no III Projeto EBTU/BIRD - III/PROPAV/INSTITUCIONAL e Programa de Investimentos em Transportes Urbanos que tem por fim precípua no PROPAV, a pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde reside população de baixa renda, utilizando soluções de baixo custo, na Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.08.87.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

RAUL LOPES

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 32/87, (Mensagem n. 10/87 ex-Proposição n. 20/87), que aprova o convênio celebrado em 22.09.86 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, de Bandeirantes, objetivando a realização da IX Semana de Integração Econômica no Município. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 32/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o convênio celebrado em 22.09.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, de Bandeirantes, objetivando a realização da IX Semana de Integração Econômica no Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.08.87.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

RAUL LOPES

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 33/87, (Mensagem n. 23/87 ex-Proposição n. 33/87), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Programa de Geração de Emprego e Renda. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 33/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários e os Municípios adiante mencionados, objetivando a implantação do Programa de Geração de Emprego e Renda:

Municípios

Data

Assis Chateaubriand	22.06.86
Cascavel	14.03.86
Foz do Iguaçu	06.03.86
Foz do Iguaçu	07.03.86
Londrina	21.03.86
Pitanga	20.03.86

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.08.87.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

RAUL LOPES

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 34/87, (Mensagem n. 44/87 ex-Proposição n. 52/87), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle da Erosão Urbana. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 34/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o convênio celebrado em 13 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.08.87.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

RAUL LOPES

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 35/87, (Mensagem n. 46/87 ex-Proposição n. 54/87), que aprova o termo aditivo n. 1/86 ao convênio n. 99/85 e o termo aditivo n. 2/86 ao convênio n. 72/85, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, e a Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de Projetos de Criação de Emprego e Renda, bem como o aproveitamento de mão-de-obra e materiais locais. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 35/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados o Termo Aditivo n. 1/86, de 27 de junho de 1986 ao Convênio n. 99/85, datado de 16 de dezembro de 1985 e o Termo Aditivo n. 2/86, de 27 de junho de 1986 ao Convênio n. 72/85, datado de 18 de novembro de 1985, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de "Projetos de Criação de Emprego e Renda", bem como adoção de medidas de interesse comunitário com aproveitamento de mão-de-obra e materiais locais.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.08.87.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

RAUL LOPES

Relator

SR. PRESIDENTE - (Antônio Belinati) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo providências para a reforma e ampliação da delegacia de Polícia e cadeia do Município de Capanema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Wasil Kindra, do Município de Pitanga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, viabilizando a remessa de medicamento para os postos de saúde do Município de Capanema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Bárbara e Ferrari Júnior, constante do expediente solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo seja determinado à SUREHMA, para a tomada de medidas de fiscalização na fábrica de Coca-Cola, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Bárbara e Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a verificação da situação em que se encontram as

salas de aula e o mobiliário, em péssimo estado, nas escolas públicas do Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Bárbara e Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encarecendo a possibilidade de abertura do CEASA do Município de Maringá, no antigo horário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Estúdio Fotográfico Ideal, do Município de Umuarama, pela passagem do seu 24º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à equipe de Redatores e Jornalistas e demais componentes do Jornal "Indústria e Comércio do Paraná Ltda", pela passagem do 11º aniversário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa do editorial publicado no Jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Coquetel de Angústias". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Wilson Reback, pela sua nomeação como Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo recursos para o "Movimento de Libertação de Vidas "Molivi", para que a mesma possa continuar com seu trabalho de recuperação de viciados. Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Belinati)  
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expedien-

te aos Senhores Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio e do Planejamento, encarecendo sejam revistos com urgência os planos para a agricultura e em especial da cafeicultura. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Indústria e Comércio", pela passagem do 11º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas populares, pelo Sistema Financeiro da Habitação, no Município de Quatro Barras. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, pleiteando a construção de trapiches nos atracadouros de Pontal do Sul e Ilha do Mel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à federação das Igrejas Adventistas do 7º Dia, no Estado do Paraná, pelos 60º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Assembléia do editorial intitulado "O Silêncio e a Burrice", publicado no Jornal "O Estado do Paraná". Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Belinati) Para encaminhar esta Presidência concede a palavra ao nobre Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nobre Presidente. É normal nesta Casa de Leis a transcrição de todas as matérias que interessam ao Paraná e clareiam a opinião pública. No entanto, como Líder da Bancada do PMDB, não poderiam Senhor Presidente, Senhores Parlamentares deixar de me manifestar, sob pena de deixar passar para os Anais desta Casa fatos que não transcorreram conforme a matéria.

Fomos assacados, na semana passada, com informações as mais variadas da imprensa, de que teríamos eu e o Líder do Governo, Nestor Baptista, ido em nome dos

Deputados do PMDB ao Governador, para pedir que o mesmo paralisasse a sua ação de investigação a possíveis escândalos do Paraná. Tal fato jamais aconteceu; este poder a nossa Bancada jamais nos delegou e jamais nos pediu.

E aqui diga-se até, a bem da verdade, a conversa com o Governador, que deveríamos fazer em assuntos pertinentes à política do relacionamento da nossa Bancada, não chegamos a tê-la, em virtude de que naquele dia as audiências haverem sido prolongadas por muito tempo, e nós declinamos do nosso horário para que fossem atendidas outras pessoas.

Por essa única razão, Senhor Presidente, para que não passe aos Anais da Casa uma mácula sobre a Bancada do PMDB, que jamais, em momento algum se portou com covardia; uma Bancada que tem dado sustentação constante ao Governo para apuração de tudo aquilo que for necessário, para que haja transparência no Governo do Paraná é que nós votaremos contra essa transcrição nos Anais da Casa, da matéria pretendida pelo nobre colega, Basílio Zanusso.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para discutir, Senhor Presidente.  
Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Belinati) Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Com todo o respeito que eu tenho ao ilustre Deputado Basílio Zanusso, eleito por mais uma legislatura pela região Noroeste devo dizer que em momento algum, Senhores Deputados, de minha parte, e acredito que de todos Deputados Estaduais desta Bancada, pedimos aos Deputados Caíto Quintana e Nestor Baptista que fossem até o Palácio do Governo pedir para que parasse com a apuração os escândalos, para que parassem as averiguações dos escândalos que aconteceram em administrações passadas.

Conversei hoje com o Deputado David Cheriegate do Partido da Frente Liberal e irei à televisão dizer daqui a pouco que um dos membros acusados do escândalo do Banco Del Paraná, se for convocado a prestar depoimento na CPI do Banco Del Paraná, ele disse que vai declinar nomes de políticos de envergadura da Nação Brasileira que ocuparam o Banco Del Paraná como se fosse um Banco Suíço.

Hoje, Senhores, os jornais estampam a prisão de um fazendeiro de Marialva, de um fazendeiro de Maringá, no escândalo da soja. Hoje os jornais da Capital do Paraná, estampam a prisão de mais dois envolvidos em crimes e grilagens de terras no Sul do Paraná. Então Sr. Presidente Antônio Anni-

belli, ilustre 1º Secretário Anibal Khury, 2º Secretário Lindolfo Júnior e caro Deputado Basílio Zanusso, como Deputado Estadual vou apoiar todas as CPIs desta Casa para que se apurem as responsabilidades e que realmente sejam metidos na cadeia, não os padrinhos, como disse outro dia o ilustre Deputado Algaci Túlio, mas que se meta na cadeia do Paraná os verdadeiros colarinhos brancos que roubaram e abusaram do dinheiro público da família paranaense.

Então, em momento algum, Deputado Basílio Zanusso, autorizei e acredito que a Bancada do PMDB, o Governador Álvaro Dias jamais teria pedido aos dois líderes que fossem ao Palácio e dissessem ao Governador que parasse com essas investigações, porque se o fizessem eu seria o primeiro, Deputado Basílio Zanusso, a subir nesta tribuna, ou naquela que é dos Senhores, e dizer que a Bancada do PMDB estaria errando, estaria mentindo e não cumprindo os seus compromissos pregados em campanha política.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati) - Continua em processo de votação. Com a palavra, para encaminhar a votação. O nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Este Parlamento não pode aprovar ou deixar de aprovar um requerimento, sem saber o verdadeiro conteúdo deste requerimento, por isso eu peço a Vossa Excelência que solicite ao 1º Secretário a leitura da matéria para que possamos ter a exata noção do que é que estamos aprovando ou não.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati) - É a transcrição de matéria jornalística, intitulada "O Silêncio é Burrice", editorial de Jornal "O Estado do Paraná".

JUSTIFICATIVA:

Cumprindo compromissos assumidos em sua campanha política, o Governador Álvaro Dias tem procurado apurar todas as denúncias de irregularidades ocorridas na administração do Estado. Dessa determinação já resultaram sindicâncias, inquéritos em vários órgãos públicos, com a simultânea decretação de prisões administrativas de alguns servidores. O fato alcançou ampla repercussão dentro e fora do Paraná, principalmente depois que o Governador, em declarações à imprensa nacional, afirmou ser o Paraná a única unidade da federação onde se prendiam criminosos de colarinho branco. Como os acusados em quase sua totalidade são ou foram membros de governos peemedebistas, a ação do Governador começou a suscitar críticas e discussões den-

tro do próprio PMDB, cuja imagem estaria sendo descaracterizada. Deputados da Bancada Estadual do PMDB chegaram a pedir que o Governador mudasse o seu modo de agir, o que, ao que consta foi de pronto rechaçado.

O Editorial em questão retrata o episódio, merecendo por isso ser transcrito para que conste dos Anais desta Casa como valioso documento da época em que vivemos!

Este é o teor da Justificativa do Requerimento do deputado Basílio Zanusso requerendo a inserção nos Anais da Casa do Editorial "O Silêncio é Burrice", publicado pelo Jornal "O Estado do Paraná" no dia 22 de agosto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu insisto ainda, Senhor Presidente, na leitura do editorial. Vossa Excelência leu a justificativa. Eu insisto na leitura do editorial para que eu tenha o convencimento de aprovação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati) - Nobre Deputado, como está em processo de votação, já passou a fase de discussão, se Vossa Excelência quiser tomar conhecimento...

Continua em processo de votação o Requerimento do Deputado Basílio Zanusso.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati) - Continua com a palavra, para encaminhamento, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, é preciso que esta Casa jogue de forma transparente como joga o Governador. E nós Parlamentares temos este direito de ocupar a tribuna para discutir e temos que saber também o que é que estamos votando nesta Casa.

"O Silêncio e a Burrice".

"O Silêncio pode esconder..." (Lê) É o que diz o editorial e evidentemente esta Casa para poder votar tem que saber realmente o conteúdo desse editorial. Por esta razão, Senhor Presidente, fiz questão de saber o que é que estava sendo discutido, sendo colocado em votação para poder votar consciente.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem).

Com todo o respeito que eu tenho ao jornalista Mússa José de Assis do Jornal "O Estado do Paraná", com todo respeito que tenho pela imprensa, porque faço parte dela, mas diz aí um trecho do editorial que o Governador Álvaro Dias está vigilante

quanto aos escândalos que estão acontecendo e estão sendo descobertos no Paraná.

Então digo a Vossa Excelência, e quero deixar registrado nos Anais desta Casa, que eu gostaria que o Jornal "O Estado do Paraná", colocasse o nome ou os nomes dos Deputados que estiveram à frente do Governador Álvaro Dias e que pediram a ele que parasse com as averiguações, que acalmasse, que colocasse panos quentes nos escândalos que estão sendo descobertos no Paraná.

Eu, como peemedebista, quero saber o nome dos parlamentares do meu Partido que pediram isso ao Governador. O que eu não acredito, porque o Governador Álvaro Dias vai continuar descobrindo e acabando com tudo aquilo que aconteceu ou que poderá acontecer, que venha a denegrir o povo do Estado do Paraná e os órgãos do governo neste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Belinati).

Continua em processo de votação o requerimento do Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Belinati).

Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Eu ontem pronunciei-me durante o horário reservado às lideranças sobre este assunto. E não havia procedido à leitura do editorial porque o meu discurso foi fundamentado no que disse o editorial.

E quando fiz o requerimento, Senhor Presidente, não me referi a nenhum Senhor Parlamentar que tivesse solicitado, pedido, encarecido às lideranças, às duas lideranças da Bancada situacionistas, para que se aproximassem do Senhor Governador, para que as notícias dos escândalos que têm ocupado manchetes dos principais jornais do Estado, continuassem a acontecer. Conheço perfeitamente a lisura, a competência e a honradez do Deputado Caíto Quintana e de tantos outros ilustres Parlamentares do PMDB, a exemplo do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, este Deputado brilhante, o mais votado Parlamentar desta Casa, que tem merecido grande audiência em seu programa, um dos mais assistidos no Brasil e que tem também recebido manifestações de solidariedade de seus companheiros - parte deles conheço do interior.

Não passou por mim a intenção de indicar o nome de qualquer um dos Senhores Deputados, mas me surpreende a notícia, pelo

fato de ter sido divulgado, e mais do que divulgado, este editorial do "Estado do Paraná", um dos principais órgãos noticiosos do Paraná, que tem dado ampla cobertura aos atos e atitudes moralistas, em particular do Governo de Álvaro Dias, especialmente com relação aos atos administrativos do Governo anterior, surpreendeu-me repito, porque em todos os discursos do Senhor Governador do Estado ele tem feito alusão à sua correção no trato da coisa pública, do seu interesse em relação à moralidade da administração pública, transparência do seu Governo e de seu Partido. E me surpreendeu, - repito, o fato de sua bancada, altamente majoritária aqui, que tem número bastante para decidir as votações nas Comissões e em Plenário, ter se reunido e solicitado às Lideranças de sua Bancada, este tipo de contato com o Senhor Governador para, como disse o próprio Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que se parassem, e serenassem as divulgações das notícias ao povo do Paraná de possíveis escândalos que tivessem corrido, ou estivessem ocorrendo, no Governo do Estado do Paraná.

Dai o requerimento deste Deputado que não quis fazer em momento algum a alusão à dignidade de qualquer um dos Deputados do PMDB.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati). - Vamos colocar em votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento permanecem como estão. REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI. - (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati). - Concedo a palavra, pela ordem ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI. - Solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati). - A Mesa irá proceder à nova Verificação de Votação.

(É feita a verificação de votação).

Oito Deputados aprovam. Treze Senhores Deputados rejeitam. Não há quorum para votação do presente requerimento e dos demais. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, solicitando a contratação de todos os professores remanescentes do concurso Estadual de 1.ª a 4.ª séries realizado nos anos de 1985 e 1986, bem como a

prorrogação do prazo de vencimento da validade dos referidos concursos até a efetiva contratação. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador de Estado, encarecendo esclarecimentos sobre resultado de sindicância na Fundação Teatro Guaíra. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo subsídios sobre a criação do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde - SUDS e a composição do Conselho Estadual de Saúde - CES, neste Estado. Encerrada a discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati) - V.Exa. terá que encaminhar na próxima Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando para quarta-feira, dia 09, às quinze horas, uma Sessão Solene para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Walmor Macarini.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 10, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - Da Proposição nº 59/87 do Projeto de Lei Complementar nº 252/86 dos Projetos de Lei nºs 55, 57 e 169/87 e do Projeto de Resolução nº 52/87.

1.ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 84, 92, 93, 99 e 100/87.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 255/86, 34, 46, 47, 59 e 79/87.  
Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DAVID CHERIEGATE, EM SESSÃO DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 1987.

#### "COQUETEL DE ANGÚSTIAS

Não é preciso ser maitre de fino trato para fazer essa bebida; tome-se uma boa dose de déficit público, que seja tão amarga ao ponto de proporcionar excelente



elevação de taxa inflacionária. Junte-se uma formidável pitada de 8 bilhões de cruzados para construir a Ferrovia Norte-Sul, que só se pagará nas calendas gregas... Adicione-se uma forte preocupação em manter a temperatura centralizadora da União, batendo-se contra os interesses dos Estados e Municípios, que porfiam por maior talagada no "ponche", tributário nacional. Agite-se bem com a queda do poder aquisitivo dos salários que encolhem numa preocupação dilacerante. Sirva-se em doses fartas. Se alguém preferir pode colocar uma azeitona do tamanho da dívida externa. Bebe-se quente ou frio, dos Pampas à Amazônia, do Rio até os confins do Mato Grosso, na rosa dos ventos dos quadrantes do País. As reações são previsíveis, ninguém podendo colocar defeito nesse coquetel de apreensões e angústias que estamos sorvendo a cada dia.

Nas últimas horas, na reunião ministerial, a palavra de ordem foi de contenção nos gastos públicos. Parece, até, que o espírito tancrediano do "é proibido gastar" voltou a presidir preocupações gerais no sentido de que, sendo País pobre, privado de dívidas internacionais e intestinas, deveríamos agir espartanamente, coibindo-se o gasto do dinheiro que sai do bolso de cada um para cevar o cofre público. Na mesma linha de cuidados, o ministro Bresser Pereira foi dizer aos constituintes que a divisão do bolo de arrecadação, como está, até agora, no projeto constitucional em discussão, diminuirá a parte da União, embora, favorecendo os Municípios e Estados. Quase concomitantemente, porém, era encaminhado ao Congresso o orçamento do País para 88, com um déficit impendendo sobre nossa estabilidade econômica como se tivéssemos que viver, no próximo exercício, com a espada de Dâmoqueles sobre nossas cabeças de contribuintes. Mas, para tantos brasileiros em geral e, particularmente, para a gente do Paraná, uma surpresa: orçamentariamente já está consignada a quantia de 8 bilhões para a Ferrovia Norte-Sul, que o ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, justifica com linhas de argumentação que se nos parecem inconvincentes.

Enquanto há esse vultoso quantitativo de dinheiros para a estrada de ferro do Maranhão até o Brasil Central, o Paraná não consegue ressarcir-se - pelo simples fato de que a União deixa de pagar-nos, pura e simplesmente diante da alegação... falta de verbas - do pagamento a que tem direito, por ter empregado dinheiros seus na construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Unindo Ponta Grossa a Apucarana, essa ferrovia exigiu-nos compromissos paranaenses para sua execução. Sucede, todavia, que no processo centralizador e fe-

deralizante o governo de Brasília, com uma simples e até prosaica assinatura de alguns figurões passou o acervo dessa obra para a Rede Ferroviária Federal S/A. É evidente que, controlando essa via férrea, passou a fruir os lucros de uma obra que foi feita com o "sangue e o suor" tributário dos paranaenses. Há anos que vimos lutando, tenazmente, para receber o que se nos é devido. Chegou-se, inclusive, a admitir que a Ferrovia da Produção poderia ser quase toda ela construída com o dinheiro que a União nos deve... e que não nos paga.

Mas, o Paraná, sob o império de suas necessidades econômicas e em resposta aos seus ímpetos de desenvolvimento, precisa dar curso à "Ferrovia da Produção", empurrando os trilhos, cujas pontas estão há decênios parados em Guarapuava, para que se distendam e cheguem até o Rio Paraná. Está fazendo esforços - como o fez quando da Central - buscando recursos externos, já que o governo federal não se sensibilizou por esse projeto que não é reivindicação regional, mas responde aos interesses do Mato Grosso, além de ser um novo traço de irmanação entre o Paraguai e a Argentina, através do território paranaense. De igual forma como sucedeu com a ligação ferroviária entre Ponta Grossa e Apucarana, estamos buscando sensibilizar as atenções internacionais (canadenses, italianos, franceses) para a alocação de recursos financeiros que tornem possível a execução da Ferrovia da Produção, mesmo que, amanhã, se assista ao "anchuluss", essa disparatada anexação desse trecho à Rede Ferroviária Federal S/A., sem que haja, também nesse caso, indenização por parte do governo em Brasília...

Estamos bebendo algo amargo, cotidianamente. Parece que esse coquetel, infelizmente, se tornou nacional, embora os paranaenses tenham razões para admitir que o cálice que nos estão dando seja o que tem a pior porção do que todos estamos sorvendo...

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 20.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1987.  
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

Às onze horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruchka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro

Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanuso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delázeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, José Alves e Raul Lopes (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Deputado Antônio Belinati, solicita que se convidem os Senhores Deputados para a Sessão Solene da próxima quarta-feira, às 15:00 horas, quando esta Casa procederá à entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Walmor Macarini, Diretor da Folha de Londrina. Senhores Deputados, compareçam por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não havendo Expediente a ser lido,

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de cinquenta e um Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 209/86, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ES-

CRITORAS DO BRASIL - AJEB, com sede nesta Capital. Aprovado. (Publ. no DA. nº 98/86, de 15.09.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 248/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor HEINZ GEORG HERWIG. Aprovado. (Publ. no DA. nº 116/86, de 15.10.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 09/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Aprovado. (Publ. no DA. nº 11, de 10.03.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 13/87, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a "ACRUCAM" - Auxílio à Criança de Rua de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Aprovado. (Publ. no DA. nº 13, de 12.03.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 17/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 03/87), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Arapongas o imóvel constituído por terreno com área de 7.104,00 m e benfeitorias nele existentes, localizado naquela Municipalidade, objetos de matrícula 621, registradas no Livro 2, do Cartório 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas. Aprovado. (Publ. no DA. nº 16, de 17.03.87. Mens.).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 19/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 26/87), que objetiva conceder uma pensão mensal de três salários-mínimos à escritora paranaense MARIA NICOLAS. Aprovado. (Publ. no DA. nº 16, de 17.03.87. Mens.).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 33/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Aprovado. (Publ. no DA. nº 29, de 07.04.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 64/87, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco, o Lote de Terra nº 03, da quadra 32, com área total de 1.371,16 m., objetivando o funcionamento da Câmara Municipal de Pato Branco. Aprovado. (Publ. no DA. nº 46, de

11.05.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 66/87, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JARDIM "BOM PASTOR", de Almirante Tamandaré, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. Aprovado. (Publ. no DA. nº 48, de 11.05.87.).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 70/87, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que denomina "HÊNIO ROMAGNOLLI" a rodovia que liga Umuarama a Mariluz, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no DA. nº 52, de 20.05.87.).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 500/87  
aposentar, nos termos dos artigos 138, item II; 140, itens I e III; 159; 170 e parágrafo único; 171 e §§ 1.º e 2.º, respectivamente, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, CELSO ARAÚJO JÚNIOR, matrícula n. 489, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) da simbologia DAS-4, cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4.º e § 1.º, da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios e um (01) adicional incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 7600).

Palácio XIX de Dezembro, em 25.08.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 503/87  
aposentar, nos termos dos artigos 138, item II e parágrafo 1º; 140, item III; 170 e parágrafo único; 171 e §§ 1.º e 2.º, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, LUIZA ZACK VIANTE, matrícula n. 213, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspon-

dentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e § 1.º, da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios e dois (02) adicionais incorporados; função gratificada símbolo 4-F e cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme previsto no Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984. (Protoc. n. 4479).

Palácio XIX de Dezembro, em 27.08.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 504/87  
aposentar, nos termos dos artigos 132, § 2.º, 138, item II; 140, item III; 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e § 1.º, da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios incorporados, cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984, HERCULANO CORDEIRO, matrícula n. 390, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. n. 6755).

Palácio XIX de Dezembro, em 28.08.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 505/87  
aposentar, nos termos dos artigos 138, inciso II; e § 1.º, 140, inciso III; 170 e parágrafo único; 171 e §§ 1.º e 2.º, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ZELMA LOPES WOJCIK, matrícula n. 176, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4.º e § 1.º, da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios e dois (02) adicionais incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 6797).

DECRETO LEGISLATIVO N. 506/87  
aposentar, nos termos dos artigos 138, item II; 140, itens I e III; 159; 170 e parágrafo único; 171 e §§ 1.º e 2.º, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, JONAS ZAMPIER, matrícula n. 339, ocupante do

cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) da simbologia DAS-IV; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e § 1º, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios e quatro (04) adicionais incorporados; e cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 7601).

DECRETO LEGISLATIVO N. 507/87

reajustar os proventos de inatividade de MERCHID BELICH FILHO, matrícula n. 267, com valor correspondente à remuneração da simbologia DAS-5, de acordo com o Art. 2º, da Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985 e Art. 140, item III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970; acrescidos de quatro (04) triênios incorporados, nos termos do Art. 4º e § 1º, da Resolução n. 02/64; quatro (04) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da referida Lei n. 6174, e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n. 8069, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. n. 206).

DECRETO LEGISLATIVO N. 508/87

aposentar, nos termos dos artigos 132, § 2º, 138, item II; e § 1º, 140, itens I e III; 170 e parágrafo único; da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ, matrícula n. 211, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de três (03) triênios incorporados de acordo com o Art. 4º e § 1º, da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios incorporados; Função gratificada símbolo 2-F e cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 2122).

DECRETO LEGISLATIVO N. 509/87

aposentar, nos termos dos artigos 138, item II, 140, item III; 170 e parágrafo único; 171 e §§ 1º e 2º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, DIRCEU

GONÇALVES CORDEIRO, matrícula n. 353, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados e cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 5939).

DECRETO LEGISLATIVO N. 510/87

aposentar, nos termos dos artigos 132, § 2º, 138, item II e § 1º, 140, itens I e III; 170 e parágrafo único, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, MARIA MOREIRA MACENO, matrícula n. 220, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4º e § 1º da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios incorporados, função gratificada, simbologia 4-F, e cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 6709).

Palácio XIX de Dezembro, em 01.09.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 511/87

mandar pagar a senhora NELCI DAROS, viúva do ex-funcionário deste poder, senhor ADALBERTO DAROS, falecido em 16 de agosto de 1987, a título de auxílio funeral, a importância correspondente a um (01) mês de proventos ou remuneração do referido servidor, nos termos do Art. 205 e §§ 1º e 2º, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n. 7966).

DECRETO LEGISLATIVO N. 512/87

aposentar, nos termos dos artigos 138, item II; 140, item III; 170 e parágrafo único; 171 e §§ 1º e 2º da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, OSVALDO FARIA, matrícula n. 345, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios

e dois (02) adicionais incorporados; e cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 1019/86).

DECRETO LEGISLATIVO N. 513/87

mandar pagar, a EDUVIRGES GONÇALVES DOS SANTOS, companheira do ex-servidor deste Poder, JOSÉ OSVALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, falecido em 26 de agosto de 1982, ela responsável pelos filhos menores do casal: LAURA CAROLINA GARCIA REDONDO, CÉSAR HENRIQUE GARCIA REDONDO e MARCELO DE JESUS GARCIA REDONDO, pensão especial, nos termos do Art. 260, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 1.º, itens I e II, da Lei n. 7421, de 17 de dezembro de 1980, no valor de Cz\$ 11.245,77 (onze mil, duzentos e quarenta e cinco cruzados e setenta e sete centavos) mensais conforme informação da Diretoria de Pessoal, de fls. 14.

(Protoc. n. 3980).

DECRETO LEGISLATIVO N. 514/87

conceder a NELCI DAROS, viúva do ex-Deputado Estadual ADALBERTO DAROS, falecido no dia 16 de agosto de 1987, pensão mensal no valor de sete (07) salários mínimos regionais, de acordo com as Leis n. 4763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1963, respectivamente, com nova redação dada pelas Leis n. 6468, de 18 de outubro de 1973, e 6911, de 02 de setembro de 1977, e Art. 1º e parágrafo único da Lei n. 7568, de 11 de janeiro de 1982, respeitado o Art. 3.º e respectivo parágrafo.

(Protoc. n. 7967).

DECRETO LEGISLATIVO N. 515/87

I - exonerar, a pedido, a partir de 1.º de setembro de 1987, ANTÔNIO RICARDO BAUM SPINDLER, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, do gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

II - prover, VERA LÚCIA BRANDÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete do Deputado Gernote Kirinus, a partir de 1.º de setembro de 1.987.

(Protoc. n. 8405).

DECRETO LEGISLATIVO N. 516/87

I - exonerar, a pedido, LOIDE MARIA ELER, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do Deputado José Felinto, a partir de 1.º de setembro de 1987.

II - prover, JOSIAS CHROMIEC, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, com lotação no gabinete do Deputado José Felinto, a partir de 1.º de setembro de 1.987.

(Protoc. n. 8376).

DECRETO LEGISLATIVO N. 517/87

I - exonerar, a pedido, ERIVELTO LUIZ SILVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1.º de setembro de 1987.

II - prover, HILÁRIO BELLIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, com lotação no gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1.º de setembro de 1.987.

(Protoc. n. 7981).

DECRETO LEGISLATIVO N. 518/87

exonerar, a pedido, a partir de 1.º de setembro de 1987, MARIA CÉLIA FAVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

(Protoc. n. 7672).

Palácio XIX de Dezembro, em 03.09.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY - 1.º Secretário  
LINDOLFO JÚNIOR - 2.º Secretário

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA

ATA DA 15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de hum mil, novecentos e oitenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado José Afonso Júnior. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Raul Lopes, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE LEI n. 990/87, 209/86, 071/87, 009/87, 064/87, 085/87, 087/87, 066/87, 017/87, 013/87, 033/87, 248/86, 119/87, 115/87, 019/87 e 070/87 e PROJETOS DE RESOLUÇÃO n. 31/87, 32/87, 33/87, 34/87 e 35/87, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA

ATA DA 16.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro do ano de hum mil, novecentos e oitenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado José Afonso Júnior. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado David Chierigate apresentou redação final ao PROJETO DE LEI n. 249/86, o qual foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Indústria e Comércio, sob a presidência do Sr. Deputado Antônio Bárbara, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Algaci Túlio, Nelson Vasconcellos, João Arruda e José Rogério Carvalho. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início à reunião, solicitando a leitura da Ata de Instalação das Comissões, logo em seguida o senhor Presidente anuncia as prioridades a serem discutidas pela Comissão de Indústria e Comércio, salientando a importância do papel do empresário no desenvolvimento do Estado e o total apoio da Comissão aos empresários paranaenses. O Sr. Presidente manifesta a vontade de se fazer uma visita a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. O Senhor Deputado Algaci Túlio pede a palavra e salienta a responsabilidade das Comissões e a demonstração de participação e interesse dos parlamentares que nelas militam. O Sr. Deputado João Arruda pede a palavra e tece elogios ao Sr. Presidente afirmando ter sido acertada a escolha do Sr. Deputado Antônio Bárbara para a presidência desta Comissão de Indústria e Comércio, ressalta ainda a importância que deve ser dada ao empresário paranaense e a necessidade de uma maior participação dos políticos nas reuniões e solenidades da Federação da Indústria e Comércio. O

Sr. Deputado João Arruda comunica que recebeu uma carta aberta dos funcionários do extinto CENDI - Centro de Desenvolvimento Empresarial e expressa a sua consternação em relação à extinção do referido Órgão. O Sr. Deputado Nelson Vasconcellos pede a palavra e cumprimenta o Sr. Presidente, afirmando que lhe dará todo o apoio necessário, afirma também que tramita na Casa o Projeto de Lei n. 178/86, oriundo do Poder Executivo, Mensagem Governamental n. 93/86, o qual considera microempresa as empresas comerciais e industriais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior, ao valor de 10.000 (dez mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, o Sr. Deputado Nelson Vasconcellos considera de grande importância o referido projeto de lei e afirma que o mesmo deve ser, em breve, objeto de discussão por parte da Comissão de Indústria e Comércio com os microempresários e portanto deve-se agilizar a tramitação do projeto de lei em tela. O Sr. Deputado Nelson Vasconcellos salienta a importância do financiamento das microempresas através de verba federal e estadual, pelo Banco do Brasil e Banco do Estado do Paraná, respectivamente. O Sr. Deputado João Arruda pede a palavra e fala da possibilidade de um financiamento feito através da Federação do Microempresário com um limite estipulado em Cz\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzados). O Sr. Deputado Nelson Vasconcellos pede a palavra e sugere que seja marcada para terça-feira, dia 14 do corrente mês, uma visita ao Secretário da Indústria e Comércio. O Sr. Deputado José Rogério Carvalho pede a palavra e afirma que tal audiência deve ser marcada o mais breve possível, pois o microempresário está numa situação caótica. O Sr. Presidente retoma a palavra e afirma que será marcada para amanhã, (09.04.87) uma audiência com o Secretário da Indústria e Comércio. O Sr. Presidente sugere que a Comissão viaje pelo interior do Estado, para que se conheça de perto o problema dos empresários do interior do Estado. O Sr. Presidente comunica que a Comissão foi convidada pela VOLVO, para fazer uma visita em suas instalações. O Sr. Presidente sugere a criação de cooperativas para facilitar a compra de materiais e a venda dos produtos dos pequenos empresários, como um modo de incentivo aos mesmos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada por mim, Hilda Maria Cesar de Oliveira, funcionária das Comissões que secretariei a presente reunião.

(aa) ANTÔNIO BÁRBARA - Presidente

Hilda Maria Cesar de Oliveira - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA  
ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência dos Srs. Deputados membros da Comissão. O assunto tratado em primeiro lugar, foi estabelecer dia fixo para que a Comissão se reunisse ordinariamente. Ficou decidido que as reuniões serão realizadas todas as quartas-feiras, após o plenário. A seguir o Sr. Presidente expôs o problema relacionado com o Parque Nacional do Iguaçu e consequentemente a interdição da Estrada do Colono, pois há muitas controvérsias a respeito. A Estrada do Colono foi aberta em picada em 1924, pela Coluna Prestes, e depois se transformou em Rodovia Nacional. Em 1939 foi criado o Parque Nacional do Iguaçu. No Governo passado, foi iniciada a pavimentação da estrada, mas que não foi concluída por falta de autorização do IBDF. Todos os senhores Deputados se pronunciaram a respeito, alguns chegando à conclusão que as estradas não agredem os parques, e sim contribuem para o conhecimento dos mesmos. Após vários debates, ficou decidido que seriam convidadas autoridades ligadas ao assunto. O Sr. Procurador Geral do Estado, Dr. Wagner Brussolo Pacheco que atuou na defesa da Estrada do Colono; o Sr. Inácio Donald, Presidente da AIPOPEC; o Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, para discorrer sobre o projeto da estrada; o Sr. Eládio Del Rosal, Presidente da CEDA e outras autoridades que a Comissão decidirá na sequência. A Comissão julgou necessário o deslocamento dos Srs. Deputados para o local da estrada, para ver e ouvir depoimento dos habitantes da Região. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, marcando outra para o dia dois de setembro próximo, às 16:30 horas. Na oportunidade, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) GERNOTE KIRINUS - Presidente  
Maria Aparecida Amaral - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA  
ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de hum mil, novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência

do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cândido Bastos, Gernote Kirinus, Edmar Luiz Costa, Acyr Mezzadri, Nereu Massignan, David Cheriegate e Hermas Brandão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, solicitando seja registrada a presença do Sr. Deputado Federal José Tavares. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI N. 311/85, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator, Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) PROJETO DE LEI N. 47/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Hermas Brandão. O Deputado Nereu Massignan solicita vistas. DEFERIDO. 03) PROJETO DE LEI N. 156/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) PROJETO DE LEI N. 31/87, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 05) PROJETO DE LEI N. 77/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. O Deputado Hermas Brandão solicita vistas. DEFERIDO. 06) PROJETO DE LEI N. 97/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto à Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. DEFERIDO. 07) PROJETO DE LEI N. 104/87, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado Nereu Carlos Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 08) PROJETO DE LEI N. 108/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara. Relator Deputado Acyr Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 09) PROJETO DE LEI N. 120/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 10) PROJETO DE LEI N. 124/87, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) PROJETO DE LEI N. 129/87, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 12) PROJETO DE LEI N. 130/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator, Deputado Acyr Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, funcionária da Coordenadoria de Apoio às Comissões, que secretariei a presente reunião.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
Everlei T. Cleto Chaves - Secretária